

O RURAL E O URBANO NO DESENVOLVIMENTO UM ESTUDO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA, SP

Alice Miguel de Paula Peres¹

Resumo

O município de Piracicaba, SP em sua trajetória de desenvolvimento contou com a presença do complexo agroindustrial canavieiro. No entanto, o avanço da produção da cana-de-açúcar expulsou os moradores rurais que viviam do trabalho na terra. Pouco a pouco, bairros e populações rurais foram “desaparecendo”. O antigo bairro rural de Anhumas, ao contrário dessa tendência vivenciou outro processo. Distante 30 km do centro da cidade de Piracicaba, SP o local passou pelo aumento demográfico e atualmente é classificado pelo IBGE como uma área urbana isolada. O objetivo desse artigo consiste em mostrar como se configurou essa realidade identificando os processos determinantes e a forma como a antiga população local vivenciou a mudança. Como metodologia realizamos a revisão da história econômica regional; pesquisa em dados do IBGE e o uso da metodologia da história oral.

Palavras chaves: desenvolvimento, bairro rural, área urbana isolada

1. Introdução

Quando pretende-se compreender o processo de desenvolvimento, geralmente os estudos recorrem aos indicadores de renda e por meio da análise da sua evolução avalia-se a melhoria ou não da qualidade de vida da população da região, local, território ou nação. Busca-se, nesse sentido, produzir parâmetros para qualificar os processos em curso dando-os ou não legitimidade. Um vasto repertório teórico é utilizado como embasamento para solidificar os alicerces que asseguram os resultados da pesquisa empírica, que emerge como retrato da realidade concreta. Alguns problemas surgem, entretanto, quando a imagem que se configura por meio do uso de metodologias distintas e complementares traz indicativos para suspeitar da qualidade do processo social em curso. Com ênfase em dimensões até então invisibilizadas nos estudos tradicionais, é nesta trilha que este artigo se insere. Como desdobramento da pesquisa realizada no Doutorado, descobrimos no processo de desenvolvimento e urbanização aspectos que também merecem ser considerados e avaliados².

Levando em conta essa breve contextualização, a questão central que norteou esse trabalho foi a preocupação em compreender a transformação do espaço rural em urbano. Para tratar desse problema, deslocamos nosso olhar para um antigo bairro rural que atualmente é denominado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) como uma área urbana isolada. Estamos nos reportando ao antigo bairro de Anhumas localizado no interior do Estado de São Paulo, município de Piracicaba.

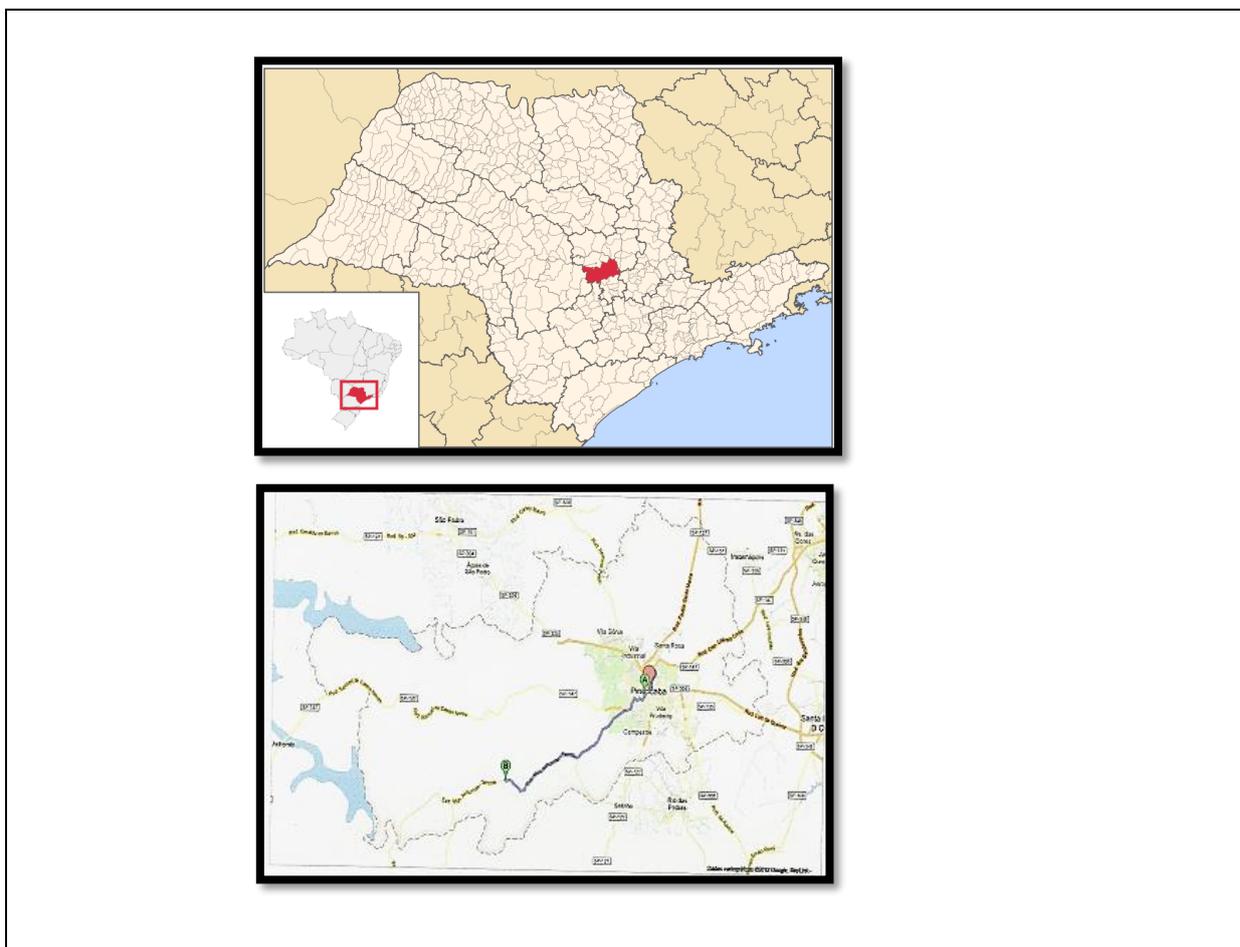
¹Economista (UNESP/Araraquara), Mestrado em Desenvolvimento Econômico Espaço e Meio Ambiente (IE/UNICAMP/Campinas), Doutorado em Sociologia (UFSCar/ São Carlos). Professora Ajunta do Centro Ciências da Natureza da UFSCar, *campus* Lagoa do Sino. E-mail: peresalic@ufscar.br

²As questões aqui reportadas tratam dos desdobramentos da pesquisa realizada no doutorado. A Tese intitulada “ (Re) descobrindo outros mundos rurais por detrás dos canaviais: um estudo do município de Piracicaba, SP” foi defendida em abril de 2015 pelo departamento de Sociologia da UFSCar (São Carlos) e contou com a orientação da professora Maria Aparecida de Moraes e Silva.

Para desvendar os processos que desencadearam a transformação social, o artigo se inicia com um resgate histórico da gênese do rural, abrindo, por conseguinte, para a discussão dos elementos explicativos do estigma do rural. Prosseguimos então iluminando os aspectos referentes às transformações econômicas e sociais que configuraram o avanço da especialização da produção canavieira e urbanização do município de Piracicaba, SP e as contradições presentes nesse processo. Posteriormente, deslocamos a análise para as narrativas dos sujeitos sociais que viveram no meio rural e passaram pelas mudanças em curso. Por esse caminho, nosso intuito consistiu em recuperar os elos entre estrutura e sujeito, recorrendo às experiências sensíveis vivenciadas pelos antigos moradores³. Por fim, destacamos alguns aspectos importantes para ampliar as fronteiras e o campo de visão na discussão do desenvolvimento.

A seguir, para melhor visualização apresentamos uma figura com a localização do município de Piracicaba no Estado de São Paulo e a localização do bairro de Anhumas dentro do município referenciado.

Figura 1. Mapa do Estado de São Paulo com destaque para o município de Piracicaba e a trilha referente ao caminho do centro de Piracicaba, SP para o bairro de Anhumas



Fonte: IBGE. (Instituto de Geografia e Estatística do Brasil) e site: www.googlemaps.com. Extraído dia 31/01/2014.

³ Para um aprofundamento das discussões que envolvem a necessidade de trazer os sujeitos sociais para as análises dos processos e estruturas, ver THOMPSON (1981).

2. A gênese do rural

Para compreender os processos que culminaram na gestação do meio rural se faz necessário voltar para as grandes navegações na era dos “descobrimientos”, redirecionando nosso olhar para os primeiros povoados que se formaram na antiga *Terra de Vera Cruz*. Nesse sentido, Prado JR (1983) destacou o lugar da antiga *Terra de Vera Cruz* no processo de acumulação primitiva, onde o monopólio das colônias garantia lucros extraordinários à metrópole. Nesse caso, as atividades econômicas aqui implementadas estavam voltadas para atender aos interesses externos, e como ressaltou Prado Jr (1983:28-29), os primeiros colonizadores viriam apenas como “dirigentes da produção [...], como empresários de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele”. E continuou: “para cada proprietário [...] haveria muitos subordinados e sem propriedade”. Ora, as atividades econômicas internas deram-se na forma de ciclos, acompanhados pelos surtos de ocupação do território nacional. Nesse aspecto, Furtado (1980) salientou algumas diferenças entre o ciclo do açúcar concentrado na região do Nordeste e o ciclo do ouro. No caso da exploração do ouro, o aumento da população nas regiões de Minas Gerais e Mato Grosso ampliou a demanda por alimento e gado, o que gerou um efeito irradiador para a economia interna, integrando alguns espaços e atividades no período colonial. Foi nesse contexto que Terci (2001) revelou a consolidação do primeiro povoado situado na região de Piracicaba, SP que tinha como objetivo produzir alimentos. Segundo a autora, o primeiro povoado formou-se como resultado das dificuldades enfrentadas para o abastecimento de alimentos em regiões mineradoras do Mato Grosso.

Ainda contando com uma população eminentemente indígena, a região de Piracicaba conhecida como “a boca do sertão” atraiu os colonizadores que já produziam e comercializavam para o mercado interno os excedentes agrícolas (alimentos) nas regiões próximas de Itu e Porto Feliz. Foi para este propósito que se deram as concessões das primeiras sesmarias naquela localidade. Posteriormente, a região passou a ser local de pouso e abastecimento para a colônia militar de Iguatemi, quando o povoado assumiu a forma de *Freguesia (Freguesia de Santo Antônio)*. E foi após estes feitos que o avanço da atividade canavieira à Piracicaba em fins do século XVIII reacendeu as relações mercantis, promovendo, segundo Petrone (1968), a melhoria das condições materiais para parte do povoado.

Em geral, no processo de ocupação de novas terras, na antiga *Terra de Vera Cruz*, o “sucesso” da conquista pelos portugueses esteve vinculado à criação de regras que proibiu o acesso de uma parte da população à propriedade da terra. A Coroa Portuguesa fez do território “encontrado” sua propriedade, e terras foram doadas desde o século XVI na forma de concessões para aqueles que erguessem os engenhos e iniciassem a produção do açúcar para abastecer o mercado mundial. Esse foi o advento definitivo para o estabelecimento das relações de propriedade e poder no “novo” solo conquistado⁴.

Esse advento resultou na propagação de outras lógicas e relações sociais em terras já habitadas, sobretudo, a lógica mercantil. Mas, esse processo de ocupação não ocorreu sem disputas entre os colonizadores e a população tradicional original. Na região de Piracicaba, por exemplo, um dos confrontos entre colonos e índios ganhou notoriedade. Foi um episódio ocorrido entre 1727 e 1732. De Cuiabá pelo rio Jaguaribe, levando consigo 80 arrobas de ouro

⁴Em Torres (1975:22-30-31) encontramos os nomes dos primeiros sesmeiros da região de Piracicaba, SP. O sistema de obtenção de terras por sesmaria ocorria da seguinte forma: ocupação, concessão e legitimação. Segundo Prado Jr (1983) o monopólio da terra foi imposto pelo próprio sistema escravocrata que até então se apresentava para a colônia como o verdadeiro negócio. Furtado (1980) também destacou que o principal negócio da colônia era o tráfico negreiro. O enrijecimento sobre o monopólio de terra, dessa forma, tinha como objetivo evitar a formação de uma organização social paralela, que pudesse inibir os lucros mercantis. (PRADO JR., 1983)

dos quintos, a expedição com 100 homens colonos foi atacada pelos índios paiaguás e caiapós que viviam nas cercanias, deixando na expedição apenas 17 homens vivos. Com a expedição destruída, posteriormente os colonizadores responderam com mais ataques e extermínio das tribos nativas, produzindo para o local a “paz” tão almejada. (NEME, 2010)

Nos relatos dessa época é importante notar a imagem produzida pelos viajantes e ocupantes de cargos administrativos da Coroa Portuguesa sobre a população do interior do Estado de São Paulo. Destacavam no despovoamento a ausência de um comércio e a própria prática de uma agricultura itinerante em território “virgem” como um *estado de pobreza*. Esses escritos, servindo como documentos para a compreensão do desenvolvimento da região, acabaram ocultando na observação da realidade o fato de essas lentes estarem associadas à visão de mundo dos colonizadores. Nesse contexto, os trabalhadores da terra foram vistos como indolentes, sem explicitações quanto ao seu modo de vida particular e menções quanto ao lugar que ocupavam na estrutura social que se formara. Com o uso da violência física e simbólica, os colonizadores impunham outras relações sociais vinculadas às relações de propriedade. Ao mesmo tempo, se lembrarmos que desde a colonização o direito à concessão da terra foi negado aos índios, negros, bastardos, caboclos e às mulheres, compreendemos a quais interesses estavam vinculadas as observações relatadas pelos viajantes.

Em 1818, a *Freguesia de Santo Antônio* (antigo nome de Piracicaba) contava com o total de 227 propriedades rurais e com 32 engenhos de açúcar (TORRES, 1975:164). Para uma maior visibilidade e compreensão dos tamanhos encontrados vamos reproduzir as considerações de Petrone (1968:61): “Em Piracicaba havia as maiores propriedades canavieiras de São Paulo, muitas obtidas por compra [...] fazendas com 36.000.000, 20.250.000 e 18.000.000 braças quadradas”. Fizemos a conversão, e essas propriedades atingiam respectivamente 7.200 alqueires paulista, 4.050 alqueires paulista e 3.600 alqueires paulista. Nesse caso, o canal avançou para a região, atraindo os produtores de cana de Itu e Porto Feliz que viam no *sertão* possibilidades de investimentos devido à escassez de terras em seus povoados. E foi na posição de proprietários de terras que precisavam de braços para o trabalho, que puderam exercer seu domínio e controle sobre os despossuídos – o que pode ser ilustrado pelo fato de o próprio Capitão-Mor de Itu *mandar* pessoas que não tinham trabalho em Itu para Piracicaba, reforçando o povoamento (PETRONE, 1968).

De acordo com as observações de Petrone (1968), a estrutura fundiária em Piracicaba formou-se com base na grande propriedade, na forma de sesmarias, mas em 1818 houve uma inversão na forma de aquisição e posse da terra. Os registros oficiais revelaram que a maior parte das fazendas havia sido adquirida por compras. Conforme pontuou a autora, os primeiros sesmeiros, os quais ela chamou de *primitivos sesmeiros*, vendiam suas terras adentrando pelo *sertão*, e as terras de Piracicaba acabaram sendo alvo da mentalidade de um capitalismo agrário mercantil já existente em Itu e Porto Feliz, onde os engenhos e a produção de açúcar funcionavam havia tempo.

Após aproximadamente 300 anos na condição de colônia e submetida ao pacto colonial, segundo demonstrou Terci (2001), a *Freguesia de Santo Antônio* contava com 306 casas, 132 agricultores, 32 senhores de engenho, 20 artesãos, 10 negociantes, 14 profissionais rurais, 43 que viviam de suas agências, 39 que viviam de seus jornais, três esmoleres e oito sem declaração de ofício. A população livre compunha-se de 1.328 indivíduos, sendo 985 brancos, 40 caboclos, 367 pardos e 6 negros, que somados a 956 negros africanos escravizados atingiam o total de 2.430 habitantes. Com aproximadamente 40% da população local na condição de escravos, esses dados são ilustrativos para indicar a base pela qual a sociedade de Piracicaba se formou, sobretudo para tratarmos da ruralidade e de seus aspectos estruturais vinculados à origem colonial, à propriedade da terra e às relações de trabalho. Ao lado da expansão da atividade canavieira no tempo da colônia, da presença dos engenhos e

seus senhores, se constituía uma sociedade agrária escravocrata já inserida na lógica mercantil (PRADO JR, 1983).

Nesses termos, segundo Franco (1997), os homens livres destituídos do direito da terra apareciam como uma “ralé”, vagando entre as áreas limítrofes, fora do arco da apropriação privada do solo. E muito embora expropriados da terra, fizeram da posse e do deslocamento sua forma rotineira de sobrevivência, dedicando-se à produção dos seus meios de vida e, conforme especificou Candido (2001), foi esse o cenário que ao longo do tempo originou “um lençol de cultura caipira com distintas variações locais”.⁵

No caso de Piracicaba, alguns números estão nos registros das Companhias de Ordenanças. Os dados revelam qual sujeito na terra trabalhou e fez parte do rural em tempos anteriores à República, permitindo-nos visualizar quais foram as relações sociais originárias circunscritas aos espaços rurais em uma sociedade escravocrata que perdurou mais de três séculos. Torres (1975) trouxe esses dados em sua pesquisa. Como na região de Piracicaba havia a presença de sete Companhias de Ordenanças, reunimos alguns desses dados. Em 1828 havia na região de Piracicaba o total de 1.089 casas, 85 engenhos de açúcar com 2.299 negros africanos escravizados e 42 agricultores (agregados). Quanto aos lavradores independentes (fazendas de criação de gado) somaram-se 552 fazendas, com 123 agricultores e 529 negros africanos escravizados. Em 1836, com 78 engenhos, em Piracicaba não havia mais terras devolutas para serem legalizadas (TORRES, 1975). Em 1837 havia em Piracicaba 10.291 moradores que em 1856 saltou para 22.000, sendo destes, 5.000 escravos e 4.000 moradores residentes dentro da área do rocio (área de demarcação urbana da vila).⁶

A seguir alguns episódios que marcaram a definição da área urbana e rural do Município de Piracicaba.

Ao sair da condição de *Freguesia de Santo Antônio* e assumindo a condição de *Vila Nova Constituição* em 1822, o local tinha que cumprir com os feitos que essa nova posição exigia. Tais feitos consistiam em encontrar lugares e recursos para uma série de construções como: Câmara Municipal, a matriz (Igreja), o pelourinho, a cadeia e as casinhas para açougue e o mercado. Essas constituíam as instituições necessárias para a definição dos marcos da área de *rossio*, o que hoje chamamos de área urbana, e que, ao mesmo tempo, tornam notório o caráter violento e coercitivo das relações sociais pretéritas, transparecendo o seguinte aspecto: a violência física e simbólica acompanhou o processo de colonização e a própria formação do espaço e das sociabilidades rurais e urbanas.⁷

3. Industrialização e urbanização: o estigma do rural

Nesse momento, faz-se oportuna uma pausa na história de Piracicaba para tratar da relação entre gestação do rural e os estigmas em torno do uso da expressão *rural* – tema

⁵Segundo Candido (2001) é no fim do ciclo do ouro que uma população se esparsa e passa a viver da agricultura de subsistência, sendo pressionada ao deslocamento sempre que a monocultura avançava.

⁶ Para explicar as origens da atividade pecuária no período colonial e sua íntima relação com o negócio do açúcar, vamos recorrer às considerações de Furtado (1980). Segundo o autor, para a fabricação do açúcar no engenho havia a necessidade tanto de lenha para as fornalhas, como do gado como força motriz. Não apenas reduzida a essas funções, mas sendo por elas estimuladas, dentro dos engenhos havia tanto a atividade de criação (para abastecimento de alimento, couro, força motriz) como havia a abertura das matas para ampliação da produção de cana e abastecimento de lenhas. Assim, a criação de gado apresentou-se como uma atividade reflexa da atividade canavieira, desenvolvendo-se também ao ritmo dessa. No caso do Estado de São Paulo, o desenvolvimento da pecuária esteve vinculado aos efeitos do ciclo do ouro, que desencadeou o aumento da demanda por mulas para o transporte. Assim, no auge do ciclo do ouro aconteciam feiras onde se vendiam mulas e gado. No caso de Piracicaba, SP, como podemos observar nos dados sobre a ocupação do solo, também nesse município, ao lado da expansão canavieira, prevaleceu a atividade de criação, que por sua vez também foi acompanhada pela produção para subsistência (FURTADO, 1980:60).

⁷ Para ilustrar o tratamento dos fatores de produção, segundo Furtado (1980) a vida útil média dos escravos era de 8 anos, e a do gado utilizado no processo produtivo de 3 anos, e o preço dos escravos provenientes da África era 5 vezes superior ao preço do gado.

debatido na atualidade e de importância crucial para qualificarmos os processos no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Por conseguinte, apresentamos algumas hipóteses em relação ao problema, quando o termo *rural* aparece vinculado ao modo de vida tradicional.

Queiroz (1978), quando discutiu a formação das diferenças entre mundos rurais e urbanos na sociedade brasileira, chamou a atenção para algumas cidades que justamente vivenciaram a urbanização antes mesmo de se ver instaurado no Brasil o processo de industrialização. A autora sublinhou o seguinte ponto: a urbanização verdadeira está ligada à industrialização e, no Brasil isso ocorreu por volta dos anos de 1940. Portanto, no período que o antecede, o que se viu foi uma difusão cultural de um gênero de vida burguês ocidental que é eminentemente citadino. Nas palavras da autora: “O novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, mas muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo da cultura intelectual.” (QUEIROZ, 1976:169)

Para Martins (1975), quando a industrialização se tornou pujante desencadeando o aumento da população urbana, as relações entre o rural e o urbano transformaram-se radicalmente. E esse movimento ocorreu ao mesmo tempo em que a economia urbana passou a oferecer melhor remuneração para o capital. Dessa forma, difundiu-se uma ideologia urbana ancorada nas sociabilidades das cidades, fortalecendo o aspecto engrandecedor e emancipador desse feito. Tal ideologia defendia a ideia de um mercado livre e, a liberdade ao êxito e ao enriquecimento quebrava com a solidariedade mecânica e valores até então a ela vinculados. (MARTINS, 1975:4)

Brandão (1983) percorrendo outro caminho, explicou que o estereótipo produzido contra o homem do campo está vinculado à desigualdade de forças entre rural e urbano na produção de sentidos. O autor questionou a quem está delegada a produção de sentido e o estabelecimento das hierarquias e categorias de prestígio social em nossa sociedade. (BRANDÃO, 1983:12)

Nesses casos, o que nos chamou a atenção foi o lugar do rural quando as diferenças entre rural e urbano começaram a aparecer, tanto originadas pela difusão cultural de um gênero de vida burguês citadino ocidental antes da industrialização brasileira, como acompanhadas posteriormente pela modificação da base material promovida pelo processo de industrialização nacional. O rural foi alimentado por uma imagem estigmatizada, como um local de descuido e desordenado pautado por relações sociais não guiadas pela racionalidade presente nas vilas e pequenas cidades que se formavam. Imprimiu-se para o rural o sentido de atraso e, expressões foram criadas internalizando essas diferenças, produzindo referências que diminuía os moradores do campo, identificando os que lá viviam por meio de estigmas como: *pés vermelhos*, *sujos*, etc. A questão, entretanto, está no fato de que, em tempos contemporâneos a força dessa concepção não desapareceu, e isso é observado no próprio esforço realizado em diferentes meios (acadêmicos, políticos etc.) para apagar as relações existentes entre a vida no meio rural e o mundo arcaico e/ou tradicional, ignorando os elos entre passado e presente.

O rural e o modo de vida vinculados à terra foram assumindo o sentido de atraso, e segundo Martins (1975), isso foi gestado no momento em que as cidades passaram a oferecer maiores rendimentos para o capital, refletindo tanto a própria ideologia positivista do progresso técnico e vida citadina, como a própria estrutura de poder econômico e dominação que se instaurava – estrutura que continuou delegando aos que trabalhavam na terra uma posição de subalternidade e inferioridade. Desde antes da industrialização – tal como evidenciou Queiroz (1976) sobre a difusão cultural de um gênero de vida burguês – os grandes proprietários de terras, também alvo desses estereótipos foram migrando para as cidades. Com o deslocamento passaram a ocupar os lugares de maior prestígio social típicos

de uma sociedade industrial, burguesa e “moderna” que se formara, mantendo, ao mesmo tempo, a propriedade da terra.⁸

Por detrás do rural “moderno”, encontramos as heranças das estruturas de poder que continuaram, a partir da industrialização e das relações de classe, subjugando os trabalhadores da terra sem propriedade. O rural e a vida na terra ficaram associados ao atraso, mas uma parcela dos grandes proprietários de terras livrou-se desse fardo usufruindo dos privilégios de residentes do mundo urbano e “moderno”. Há que se lembrar: o rural no Brasil se inaugurou por meio das concessões de terras que estavam ligadas à intencionalidade que acompanhou o próprio processo de colonização, determinado pela busca de metais preciosos e negócios mercantis lucrativos à metrópole e à uma minoria de proprietários de terras. Pouco interessava aos colonizadores as condições de vida de uma população com diferentes origens culturais (indígenas e africanas). Nesse sentido, nas relações constituídas os que trabalharam e viveram no espaço rural foram alijados dos direitos legais de propriedade da terra, e inseridos como subalternos, espoliados da liberdade e dos direitos, passaram pela experiência do trabalho compulsório e pelas relações de favor, ficando muitas vezes, submetidos ao controle político e econômico local.

Lourenço (2001) pesquisou a transição do Império para a República e destacou a forma como nossas elites “ilustradas” nacionais pensavam o problema do atraso da agricultura brasileira ainda assentada no trabalho escravo e em técnicas primitivas. Ao mesmo tempo em que os “ilustrados” recebiam a influência do Iluminismo com a discussão da Liberdade e República, tratavam o abolicionismo de forma conservadora e racista. Nesse caso, deixaram evidências de que não consideravam na mudança do regime político a possibilidade de inclusão do povo e dos libertos no compartilhamento das questões políticas e do projeto de emancipação humana. À luz das contribuições de Lourenço (2001) podemos afirmar que a crítica à escravidão realizada pela elite “ilustrada” paulista não ocorreu com base em preceitos humanistas, pois as preocupações giravam em torno apenas dos interesses de caráter exclusivamente econômico. Ao mesmo tempo em que as elites louvavam as vantagens do progresso técnico, modernização técnica e racionalidade econômica na atividade agrícola, faziam críticas à democracia. E foi nesse contexto que o autor destacou o processo de modernização sem modernidade e o caráter ideológico como o fator complicador para a resolução da questão agrária brasileira já nesse período, além de salientar as faces e o caráter do pensamento “moderno” em uma sociedade escravocrata.

4. Progresso para os grandes proprietários: o rural desapareceu?

Com a lei de terras em 1850, quando determinou-se que terras não ocupadas seriam terras públicas (devolutas), a única forma para adquiri-las oficialmente seria por meio da compra, justamente, vale lembrar, quando parte da população que trabalhava na terra estava submetida ao trabalho escravo e não recebia remuneração monetária. Após a abolição, assistimos à migração europeia de camponeses para o Brasil e à proliferação do colonato como forma de trabalho na agricultura nas fazendas de café no sudeste brasileiro, concomitante ao processo de industrialização.⁹ Acompanhado as transformações da sociedade e economia brasileira, algumas mudanças legais atingiram a população que vivia no meio rural, a saber: a definição do estatuto do trabalhador rural (1963) e o estatuto da terra (1964). Ademais, conhecido como modernização conservadora, a inserção do progresso técnico na

⁸ Isso pode ser confirmado se levarmos em conta o estudo de Perissintto (1994) que tratou da formação do Grande Capital Cafeeiro na República Velha e ressaltou como a capital de São Paulo foi se tornando o centro residencial de vários fazendeiros de café, assim como estes também se envolveram em atividades de comércio, nas casas de exportação e importação e nos bancos.

⁹ Sobre as migrações ver Martins (1973).

agricultura foi realizada por meio da ampliação do sistema de crédito, financeirização, incentivando sempre os grandes proprietários, o que culminou no aprofundamento da relação entre agricultura e indústria e formação dos Complexos Agroindustriais. Do outro lado, a estrutura fundiária manteve-se inalterada. Com isso, o êxodo rural dos anos 60 e 70 foi um dos desdobramentos mais perversos da modernização técnica e alterou – tendo em vista as normativas e definições oficiais, a composição da população rural e urbana no Brasil.

Ora, a mudança da composição da população rural no Brasil não constituiu resultado positivo do desenvolvimento vinculado as noções de emancipação humana e ampliação das possibilidades de escolha. Ao contrário, o processo explicativo desse deslocamento está relacionado às restrições. Sem alternativas para sobreviver e sem a propriedade oficial da terra, a população deslocou-se para o meio urbano. Lembrando Fernandes (1976):

O único caminho que se abre na direção da integração é um caminho penoso, que passa pela crise da economia agrária, sua desagregação e lenta reorganização, e se concretiza através das migrações internas. Estas estabelecem, de fato, novas pontes com pólos “modernos” ou “prósperos”, convertendo a mobilidade espacial e socioeconômica em uma técnica de redefinição das posições e das situações de classe dos condenados do sistema. Unem-se, assim, a fuga do meio rural, a desagregação das formas mais ou menos arcaicas de economia agrária e os dramas coletivos nas áreas de concentração demográfica com as reais ou falsas esperanças de conquista de um lugar dignificante na torrente da história. (FERNANDES, 1976:117)

Complementando, Alves (2007) destacou que os trabalhadores se deslocam para as cidades, pois lá há maior concentração de capital – que demanda maior força de trabalho – e os deslocamentos representam as dificuldades de reprodução social em locais de origem.

É necessário deixar claro que a migração, acredita-se, é um movimento determinado pela expulsão, isto é, os trabalhadores migram quando as condições de reprodução em seus locais de origem encontram-se comprometidas [...]. Considera-se, também, que, na medida em que a reprodução dos trabalhadores esteja impedida e eles estejam sendo expulsos, a partir daí buscarão um lugar de destino, que, no capitalismo, é sempre o local onde o capital está concentrado e demandando força de trabalho livre. (ALVES, 2007: 47)

Esse processo se perpetua em tempos contemporâneos. A título de ilustração vamos aos dados: segundo o IBGE, em termos absolutos (dados oficiais), o rural perdeu cerca de 4,2 milhões de pessoas entre 1991 e 2000, e pouco mais de 2 milhões entre 2000 e 2010. Em síntese, o rural perdeu aproximadamente mais de 6 milhões de pessoas desde 1991. E foi nessa perspectiva que Valadares (2014) chamou a atenção para o seguinte ponto: “Tais conclusões decorrem das regras oficiais de classificação de áreas como urbanas ou rurais (...)”. E o autor continua afirmando que “em síntese, advertem para o fato de que os critérios adotados nesta distinção subestimam – e invisibilizam –, em suas reais dimensões e problemas o espaço rural e a população nele estabelecida”. Podemos explicar o seguinte aspecto: se por um lado o rural está “desaparecendo” em razão da diminuição de sua população, por outro lado, essa é uma população que não “desaparece”, apenas desloca-se para outros espaços sociais e para as possíveis áreas urbanas isoladas, ou, áreas periféricas. Nesses locais, além das mudanças no modo de vida, já que essas famílias são obrigadas a deixar de produzir seus meios de sobrevivência e passam a depender cada vez mais do mercado, os serviços públicos, dentre outros, são insuficientes e precários. Dessa forma, o deslocamento não representa um campo maior de opções de realização do ser, lembrando Martins (2010):

A modernidade é uma espécie de mistificação desmistificadora das imensas possibilidades de transformação humana e social que o capitalismo foi capaz de criar, mas não de realizar. Mistifica desmistificando porque põe diante da consciência de cada ser humano, e na vida cotidiana de cada um, todo um imenso catálogo de concepções e alternativas de vida que estão disponíveis no mercado globalizado. Basta ter os recursos para consegui-lo. Desmistifica desmistificando porque anuncia que são coisas possíveis de um mundo possível, mas não contém nenhum item no seu mercado imenso que diga como conseguir tais recursos, que faça o milagre simples de transformar o possível em real. Isso cada um tem que descobrir; isso a coletividade das vítimas, dos incluídos de modo excludente, e não raro, perverso, tem que descobrir (MARTINS, 2010: 19).

O “desaparecimento” da população rural pode ser observado no município de Piracicaba, SP. Ademais, é possível estabelecer correlações entre esse fenômeno e a expansão da atividade canavieira, onde está subjacente a perpetuação das relações de propriedade.

Um estudo da evolução das atividades econômicas rurais em Piracicaba revela o avanço da cana de açúcar e a redução da produção de outros produtos agropecuários. No Gráfico 1 apresentamos a evolução os dados do avanço da cana de açúcar na área rural e como esse aumento foi acompanhado pela redução do cultivo do arroz, milho, feijão, assim como o de algodão e café, que utilizavam o sistema de colonato e parcerias agrícolas. Nessas formas de trabalho, o trabalhador geralmente constituía em um morador da propriedade rural sem acesso à propriedade formal da terra. Os dados do gráfico revelam que: de 1935 a 2013 a área ocupada pela produção de cana de açúcar expandiu aproximadamente 63%, enquanto as áreas de arroz se reduziram em aproximadamente 100%; o feijão, em 98%; milho, em 94%; o algodão em 100% e o café em aproximadamente 100%.

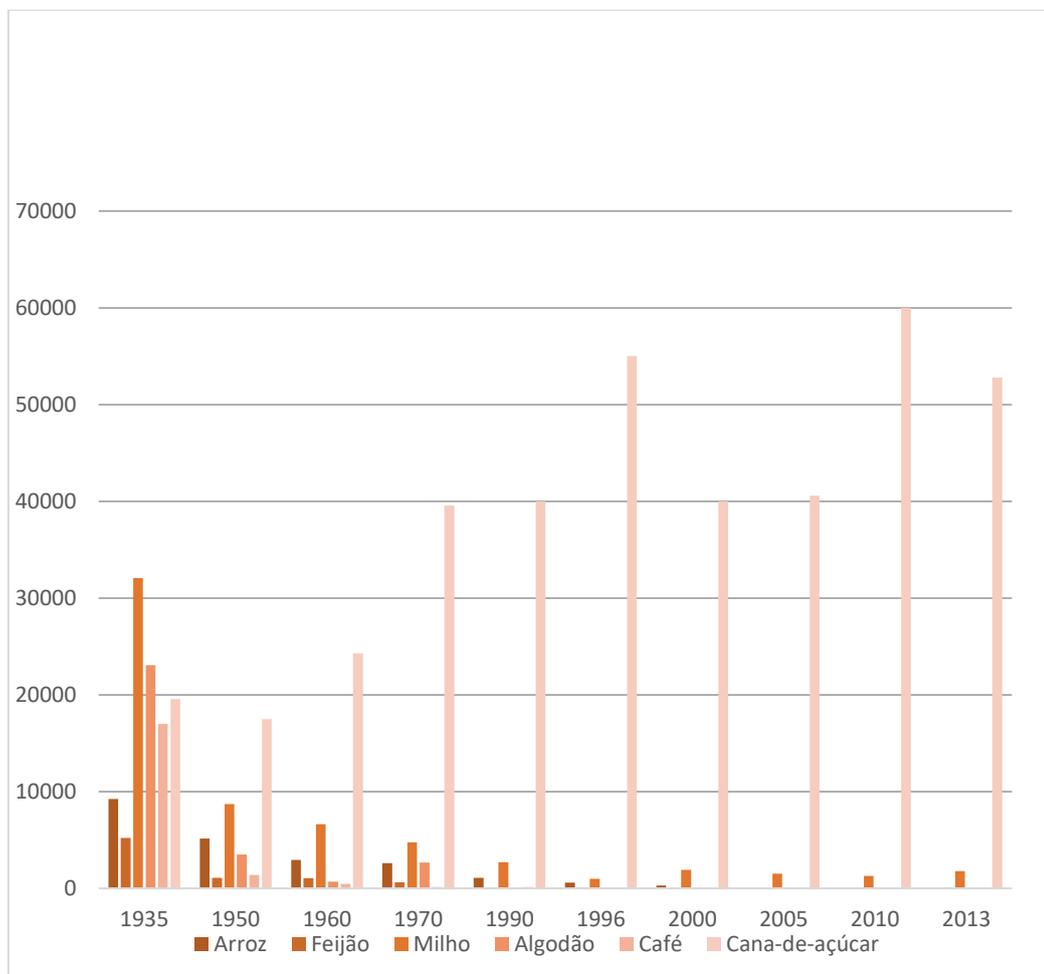
Quanto à especificidade das antigas relações de trabalho na lavoura canavieira, Peres (1990) e Terzi (1991) salientaram que no município de Piracicaba, a utilização do colono permitia às Usinas (Monte Alegre e Engenho Central) manter uma reserva de mão de obra com baixos custos, mas, na medida em que as vantagens foram sendo eliminadas, os proprietários modificaram sua forma de produzir, expulsando os moradores (famílias de trabalhadores) das terras. Foram essas famílias que se transformaram em trabalhadores sazonais, chamados de boias-frias ou volantes, que passaram a residir nas periferias da cidade. Ao mesmo tempo, os pequenos proprietários de terras, conhecidos como pequenos fornecedores de cana, foram “cedendo” as terras para os grandes produtores (Usina e grande fornecedor) deslocando-se também para a cidade.

Maluf (1984, 1987) estudou a formação do mercado de trabalho urbano e rural no município de Piracicaba e identificou o seguinte aspecto: muitos trabalhadores da época da safra da cana não vinham mais da área rural, saíam das periferias urbanas. Nesse caso, o problema pode ser visualizado em diferentes perspectivas. Residindo nas periferias urbanas, as famílias de origem rural não tinham mais sua roça de subsistência e, sua reprodução social passou a depender cada vez mais dos salários, com o custo de vida influenciado pelo setor urbano e preços dos alimentos.

Há uma outra dimensão dessas mudanças que merecem ser destacadas. Para Silva (1999) o deslocamento do campo para a cidade, ao contrário de significar acesso às luzes do “progresso” e ampliação das condições do ser, desorganizou todo um modo de vida produzindo o desenraizamento. O desenraizamento é entendido como um processo violento que atinge a dimensão subjetiva das famílias e indivíduos na medida em que desorganiza suas referências identitárias, rompendo os nexos com a experiência. As famílias que viviam da terra tiveram sua reprodução social alicerçada em outras relações sociais, cuja base era a terra. Silva (1999) desvelou a violência simbólica e concreta pela qual as famílias rurais passaram,

quando a expulsão das terras produziu o trabalhador individualizado e agora subjugado pelo capital. Mostrou, portanto, como as formas antigas foram sendo apropriadas pelas relações capitalistas e amparadas pelo discurso ideológico e armadura judicial.

Gráfico 1. Principais culturas cultivadas por área (ha) no Município de Piracicaba, SP (1935 -2013)



Fonte: Censos de 1950, 1960, 1970, 1990, 1996, 2000, 2005, 2010, 2013 e outras fontes *apud* Bilac e Terzi (2001:52)

Em Piracicaba, expulsos das fazendas, as famílias que não possuíam a propriedade jurídica da terra, deslocavam-se para a cidade e, enquanto dormiam nas periferias urbanas onde os serviços públicos (saneamento básico, coleta de lixo, educação e saúde) essenciais eram precários, continuavam a fazer do rural e da terra o local do trabalho. Martins e Gallo (2001) então esclareceram:

Assim como a habitacional, as carências nos setores de saúde, educação, transporte, segurança e meio ambiente, entre outras, acentuaram-se. Ao mesmo tempo em que havia o crescimento industrial, crescia a pobreza. Num curto período, o município viu a periferia crescer muito, num sinal claro de que a sua expansão foi feita com degradação social e ambiental (MARTINS & GALLO, 2001: 140-141).

No município de Piracicaba, SP o avanço da produção canavieira foi acompanhado pela industrialização e urbanização. Em 1988, o Município de Piracicaba contava com 712 estabelecimentos industriais, e os principais em termos econômicos eram: Dedini S/A Metalúrgica, a Caterpillar do Brasil, a indústria de Papel e Simão S/A (Grupo Votorantim), a Codistil S/A e a General Motors do Brasil. E também contava com 1.662 estabelecimentos comerciais e 44 agências bancárias. (MARTINS & GALLO, 2001:134).

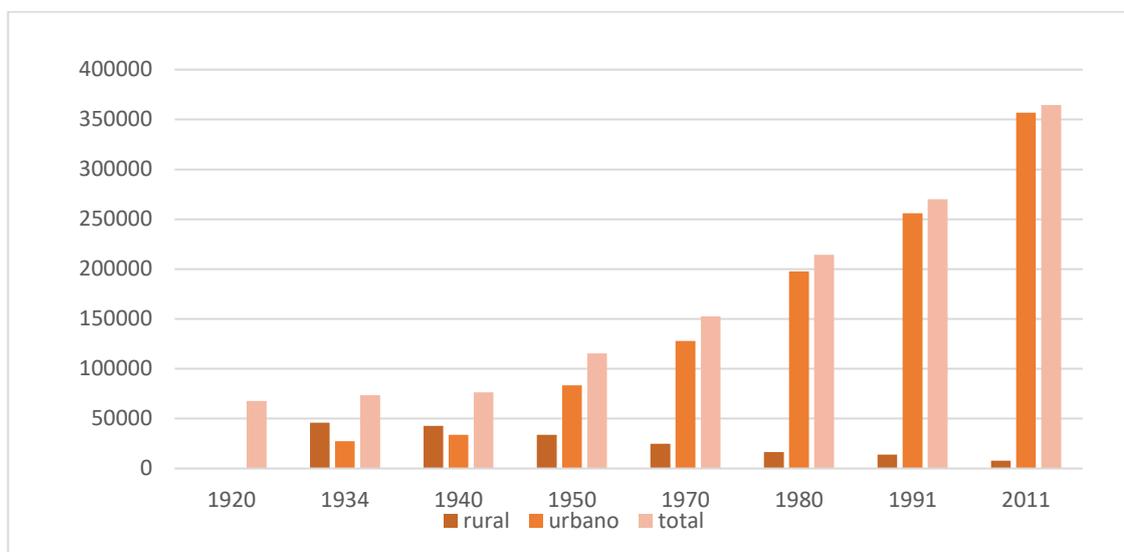
[...] na época da criação do DI e da instalação da Caterpillar e da Philipps, o município possuía um serviço autônomo de água e esgoto à beira do colapso – retirando água do Rio Piracicaba, profundamente afetado pela poluição urbana e agroindustrial, e sem possibilidades de afastar e tratar os detritos domésticos. [...] havia apenas uma creche municipal instalada, não existia política educacional nem prédios escolares na periferia. Na área de saúde, havia apenas um pronto-socorro que funcionava à noite, em precárias condições de higiene e capacidade de atendimento. (MARTINS & GALLO, 2001: 140-141)

No município de Piracicaba, sua população urbana cresceu expressivamente. Segundo Martins & Gallo (2001: 138) “em 1970, o município possuía 152.505 habitantes. Em 1980, sua população superou 200 mil. [...] Nessa época, mais de oito mil pessoas migraram do campo para cidade, e o município recebeu mais de 38 mil moradores de outras regiões.” No gráfico 2 pode-se visualizar o crescimento da população urbana acompanhada pela migração campo cidade dentro do município, como perceber que, acompanhando o crescimento industrial e a urbanização, chegavam também de outros estados e regiões as famílias de trabalhadores em busca de salário e sobrevivência. Sobre o crescimento urbano em Piracicaba, novamente Martins & Gallo (2001) produzem um retrato preciso:

É necessário constar que o crescimento econômico do município de Piracicaba não se traduziu em melhorias nas condições de vida de toda a população. Ao contrário, ele foi acompanhado pelo aumento da miséria. [...] Em Crescimento e Miséria, Scarfon revela bem essa face do crescimento. A autora aponta que, em 1970, cerca de oito mil famílias do município dependiam do auxílio das entidades assistenciais [alimentos, medicamentos, roupas etc.] Isso significa que cerca de 29% da população precisava de assistência social para suprir suas necessidades mais básicas. A maioria dessa população vinha do meio rural e morava em barracos ou casas de tijolos comprados de segunda mão, ou pagava altos aluguéis. (MARTINS & GALLO, 2001:137)

Ora, acompanhando o crescimento econômico e industrial do município de Piracicaba, observamos no meio rural a expansão da cana de açúcar e o êxodo rural, ao mesmo tempo, um antigo bairro nos chamou atenção porque vivenciou justamente o processo inverso. No bairro de Anhumas, ao contrário do esvaziamento populacional, famílias chegavam de outros lugares para viver e trabalhar. Um moradora salientou: *uma Usina de açúcar fechou no estado do Paraná, e as famílias de trabalhadores não possuem mais emprego, não tem mais como viver lá, como aqui precisam de tratorista, muitos estão vindo para cá, para o Bairro de Anhumas.* Nesse caso, a terra no bairro de Anhumas não estava mais sendo utilizada para produção de alimentos, mas loteada para a construção de pequenas casas com estilos urbanos. O aumento populacional no bairro foi tão expressivo que um bairro considerado rural no passado é classificado pelo IBGE como área de urbana isolada. Com o intuito de investigar esse processo, nos deslocamos até o lugar para mostrar como os antigos moradores passaram pelas mudanças sociais.

Gráfico 2. Evolução da população do Município de Piracicaba, SP (1920-2011)



Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2011 e outras fontes citadas por Bilac e Terci (2001:102).

5. Outras vozes...

A seiva da folhagem só é elucidada no segredo das raízes. (CHAIMOISEAU, 1993:39)

Para compreender o modo de vida rural em Anhumas e conhecer como os moradores vivenciaram o processo de mudança social foi utilizada a metodologia da história oral¹⁰. Essa experiência permitiu à pesquisadora o contato direto com outras formas de viver e pensar a realidade, desnudou e deu vozes aos sujeitos sociais até então invisibilizados nas pesquisas convencionais. Nesse caso, Taussig (2010) destacou um aspecto importante a ser considerado. O que para o pesquisador é tomado como um dado, ocultam, por outro lado, possibilidades de identificar outras relações e experiências. O autor estava se referindo ao fato do pesquisador ser um sujeito participe da sociedade moderna e capitalista, e com isso carregar consigo valores e parâmetros provindos de sua cultura, transportando-os para os pressupostos da pesquisa. Moura (1988) esclarece que:

Isto quer dizer que para observar determinado grupo é preciso resgatar representações e práticas sociais, de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam deformados pela visão de mundo e pelo peso específico que tem outras práticas e representações na sociedade ou classe social de onde provém o pesquisador. Essa questão é bastante espinhosa, já que o pesquisador traz sempre consigo uma bagagem cultural da qual não pode se desfazer, estando nela incluído um método científico. Como compatibilizar um modo determinado de interpretar a sociedade com a visão dela fornecida por um camponês? Como tirar o melhor partido do encontro tenso dessas duas subjetividades e diferentes visões de mundo? Longe de estar resolvido, esse problema deve permanecer como desafio para o ato de pesquisar outros

¹⁰Foram aproximadamente 70 horas de entrevistas gravadas, depoimentos e narrativas, 1.000 fotografias e 10 horas de filmagens.

seres humanos, especialmente os mais próximos e, supostamente, mais iguais. (MOURA, 1988:7)

Por meio da metodologia da história oral, pode-se destacar a redução da distância entre a pesquisadora e as pessoas comuns, ampliando o campo de visão da pesquisadora e os parâmetros para o diagnóstico da realidade.¹¹

A seguir apresenta-se um conjunto de narrativas encontradas na pesquisa realizada no bairro de Anhumas. Opta-se por apresentá-las em conjunto para posteriormente tratarmos das análises realizadas dos processos e das experiências¹².

Pesquisadora: E antes tinha muita casa aqui no bairro?

Seu Nunes: Tinha, tinha bastante, mas era tudo retirado, cada sítio tinha cinco ou seis moradores [casas]. Tinha bairro que antes era oito ou dez casas. Porque antigamente aqui era só lavoura, não tinha serviço, não tinha usina, então cada sítio cuidava de sua terra para sobreviver. E a gente tinha a nossa lavourinha, nosso dinheirinho para sobreviver. E criava um franguinho para comer, um porco, o arroz e o feijão tudo nós fazíamos, nós fazíamos até o açúcar batido. Moía a cana, depois fazia o melado, depois fazia o açúcar. Antigamente a gente da roça tinha que se virar com tudo, não como hoje, que não tem mais nada, é tudo lá buscar no mercado. Antigamente era suor da gente mesmo.

(Entrevista realizada com morador de 65 anos, dia 25/03/2013)

Pesquisadora: E aí, o avô da senhora morou um tempo então com vocês?

Fúlvia: Morou. Tinha horta, tinha de tudo, tudo, tudo. Tudo o que você pensasse a gente tinha. Nossa, tinha tudo. Alho, cebola, batata, quiabo, de tudo, tudo, que você pensar de legumes, verdura. E a gente morava num sítio. Esse sítio tinha vinte e cinco alqueires, a gente é que cuidava. Aqui logo, pertinho. Eu fui criada aí.

Pesquisadora: E não era de vocês?

Fúlvia: Não. A gente trabalhava tanto, tanto, tanto. Era como se fosse da gente. A gente tinha de tudo. Então a gente pouco comprava. A gente produzia, era uma maravilha. Eu fui criada assim. Criando coisas, assim, nativo, do que a gente colhia, do que a gente plantava. É, foi a infância. Depois que eu saí de lá, meus pais foram tudo embora para a cidade. Que daí, eu casei. E fiquei no sítio, que da minha família, assim, não é, éramos só eu e meus filhos, aqui assim, nessas redondezas.

(Entrevista realizada com moradora de 59 anos, dia 26/03/2013)

Elesbão: [...] No começo a gente era lavrador, fazia lavoura com a família. Aí sobrava um tempinho a gente ia ajudar o vizinho numa colheita de arroz.

¹¹ Geertz (2006:27) chamou atenção para o seguinte aspecto: “o abismo entre o “nós” conhecido e o “eles” exótico é um grande obstáculo à compreensão significativa do Outro, um obstáculo que só pode ser superado através de alguma forma de participação no mundo do “Outro”. Ainda nesse compasso, levamos em conta as contribuições de Goldmann (1972) e Thompson (1987). Goldmann (1972) quando explicou a noção de “consciência possível” apontando para os limites da consciência, e Thompson (1987) aprofundou na compreensão da relação entre “consciência e experiência” levantando o caráter dinâmico e processual. Esses autores trouxeram elementos enriquecedores para pensar a cultura e o modo de vida levando em conta as distintas posições: pesquisador e objeto (sujeito) de pesquisa. E foi trilhando esse caminho que iniciamos a construção de uma noção de **rural transfigurado em contraposição do uso** do termo institucional: **área urbana isolada**. A noção de rural transfigurado é utilizada para expressar a configuração social e econômica do bairro de Anhumas, onde encontramos a face urbana como aparência, mas as origens e experiências da população (ou raízes) marcadas pela travessia no mundo rural tradicional.

¹² Os nomes utilizados são fictícios e inspirados na obra de Oswald de Andrade (1978), mas não há relação entre os nomes escolhidos e as histórias dos personagens.

Naquele tempo tinha muita colheita de arroz. Tipo mutirão, um ajudava o outro. Depois, sempre tem um serviço, não é? Arrumar cerca, aparar a moita, o mato, sempre o sitiante tem um serviço, nunca fica parado. Naquele tempo tinha gado de leite. Era bonito. Tinha porco para o gasto, galinha, cavalo. E agora você vê, não tem mais nada. As coisas mudam. (Entrevista realizada com morador de 64 anos, dia 17/04/2013)

Pesquisadora: E vocês eram donos de terra?

Roque: Não, nós arrendávamos, igual o Seu Bento falou, nós arrendávamos para plantar também. Não fomos donos... Nunca tivemos propriedade nenhuma lá. [...] Tinha Arroz, feijão, mandioca, batata, tudo. Tudo, tudo, tudo...

Pesquisadora: E como era? Para o gasto e um pouco para vender?

Roque: Não, lá não vendia, fazia troca. Um vizinho tinha um porco lá, gordo e outro estava engordando, então a gente matava o porco e dividia, depois ele matava o dele e dividia com a gente. É uma base de um... você entende? Você tem, você arruma, quando não tem...

Bento.: Naquele tempo era difícil vender. Todo mundo tinha.

(Entrevista realizada com moradores de 68 e 70 anos, dia 19/04/2013)

Pesquisadora: E a casa de barro e o mutirão?

Epaminondas: Tinha casa de barro, eu não cheguei a morar, mas meus pais, bisavó, casa de barro e tábuas. No mutirão fazia casa de barro, batia, tinha que bater barro para arrebentar mesmo, cortar o bambu. Para fazer o barro para depois você fazer o trançado de bambu, aí você fazia, trançava com barro. Mas para não trincar tinha um segredo. Você colocava bosta de vaca. Virgem assim, mole. Misturava como se fosse cimento, como se fosse cimento com o barro. Para não trincar. Se não, se você coloca só o barro, com o tempo trinca, fica aquela rachadura, cai tudo.

Maria da Graça: Imagina, hoje em dia uma casa de alvenaria, você fala: “Ah, hoje vou pintar minha casa”, chega no final de ano, meio do ano, falávamos que íamos barrear a casa. E aí meu pai, eu lembro até hoje, chamava a gente lá, fazia aquele barrão mole. Barrão mole. E passava com a mão. Aquele cocô de boi, e passava com a mão ainda, assim. Ficava bonito, lisinho, bonito. Bonito, barreadinho. Ficava linda a casa. E minha mãe tinha, eu tinha foto lá, eu vou mostrar para você. Varria o terreiro com vassoura do mato. Era muito gostoso. As casas eram de chão batido. Chão batido, chão de terra. Chão de terra, nós varriamos assim.

(Entrevista realizada com moradores de 38 e 40 anos, dia 27/04/2013)

Pesquisadora: Mas o senhor fala que aquele tempo era mais difícil, mas era mais bonito.

Elesbão: Mais bonito, né. Era mais bonito.

Pesquisadora: Qual era a beleza?

Elesbão: Era mais bonito, assim. Era mais bonito porque um era mais amigo do outro, era mais, tinha mais, tinha, como é que fala? Tinha, não tinha conforto, que nem hoje tem, hoje tem todo o conforto, nego tem carro, tem tudo, mas naquele tempo, tinha, fugiu da mente o que eu ia falar.

Pesquisadora: Solidariedade?

Elesbão: É, solidariedade e tinha... fartura! Fartura! Porque o cara tinha mais coisa para comer, tinha, tinha mais coisa. Tinha, nós falamos fartura, eu não sei como é que fala.

Pesquisadora: Ah, é fartura! E tudo do bom?

Elesbão: Então, tudo era do bom e puro. E puro porque era puro.

Pesquisadora: E hoje?

Elesbão: E hoje, tem isso, mas já tudo é, não é mais puro. Hoje não é mais, nós falamos que não é puro. Hoje tem dinheiro, vai comprar e não é puro. A maioria é falsificado. É o leite, é uma laranja, é um suco, então.
(Entrevista realizada com morador de 64 anos, dia 17/04/2013)

Pesquisadora: E o senhor morava lá?

Idílio Moscovão: Morava. [...] Só que essa fazenda é uma fazenda escravizada mesmo, a lei dele era severa. Porque se estava chovendo, ele não mandava nós trabalharmos longe, ele mandava nós ficarmos roçando por perto, e ficava na varanda da casa olhando, de capa lá, e nós roçando. Se quisesse ganhar o dia. E como nós precisávamos, nós tínhamos que ir.

Pesquisadora: E quando vocês iam para Conchas comprar, com esses quinze cruzeiros, o que dava para comprar?

Idílio Moscovão: Ah, lá, como nós tínhamos o arroz, tínhamos o feijão, tinha porco no chiqueiro, tinha galinha, lá nós dividíamos. Sabão, pó de café, um pacote de banha. Por exemplo, dois sabonetes para as crianças tomarem banho, porque nós tomávamos no sabãozinho mesmo, e dois quilos de sardinha salgada, para manter na casa para ter uma misturinha, essas coisinhas que nós podíamos comprar, não dava para mais nada. Era pouquinho coisa, trazia de piquá. Piquá era um saco de açúcar assim, que vai um lado para cá do cavalo, outro lado para cá, nós falávamos piquá. Então você punha um pouquinho das coisas para cá, um pouquinho para cá, montava no cavalo e vinha embora para casa. E ali tinha, ali tinha galinha, tinha frango para comer, porco matava, a cada uns dois meses matava um capadinho, tinha o milho, que nós mesmos plantávamos né. Fritava e punha na lata de vinte litros. Porque não tinha geladeira. Então punha no latão de vinte litros e depois ia esquentando. Para comer. E era coisa boa.

(Entrevista realizada com morador de 69 anos, dia 29/05/2013)

Pesquisadora: E como é que vocês trabalhavam?

Elesbão: Então, nós trabalhávamos de manhã fazendo lavoura. Fazia financiamento, naquele tempo era com cereais. Era lavoura de arroz, milho, algodão, vassoura e fazia, fazia planta grande. E o pai que olhava, fazia financiamento. Ele que ia negociar o financiamento e fazer a venda.

Pesquisadora: Ele fazia financiamento com o banco?

Elesbão: Era o Banco do Brasil. Tinha Banco do Brasil, tinha mais bancos. O Bradesco e o Banespa, uma coisa assim. Naquele tempo eu tinha 30 anos? Depois nós paramos de fazer lavoura, porque o homem do campo, o homem do campo, eu não sei se você sabe, não tem valor nenhum. O homem do campo é igual ao alicerce da construção. Ele não tem valor. Se ele colhe mantimento, vai vender, não tem valor. Então o cara, para começar, o meu pai, tinha ano que a lavoura não dava, então ele vendia terreno para pagar. Como nós vendemos! Para dar certo, o outro já enrola, fala que enrola, passa para a família para pagar, mas meu pai já vendia terreno, como nós vendemos!

(Entrevista realizada com morador de 64 anos, dia 17/04/2013)

Pesquisadora: E quando veio a cana...

Epaminondas: Ah, aí já começou né, começou mais... Daí veio a usina, aquelas máquinas, já veio detonando tudo. Aí acabou com tudo, acabou com passarinho, acabou com peixe, acabou com o gado. Esse rio aqui, esse pequenininho aqui, nós tomávamos banho todo dia de tardezinha lá. Água limpinha, o mais raso era dessa fundura, peixe você pegava com a mão. Bagre, Piaba, que hoje eu não vejo mais, aquele peixe cadela que fala, Lambari, todo tipo de peixe. Hoje se você passar lá com salto você nem

molha o pé, não tem água, você pode ir lá ver agora, um tiquinho assim de água. E naquela época, podia estar seca mais braba que for, tanto assim de água. Depois que chegou a cana... Por quê? Quando é grama assim ó, chove, o que vai correr na água, no ribeirão? Só água. Planta cana, na hora que dá aquela chuva, só vai ter areia no ribeirão. Você vê correr aquela enxurrada de areia. Aí soterrou tudo. Aí mataram as nascentes, porque para plantar cana, derruba árvores, e terra na água, no ribeirão.

Pesquisadora: Aí acabaram as nascentes?

Epaminondas: Acabou, tem mais. Quando, ó, para você ver, quinze anos, vinte anos atrás, isso aí era dessa fundura. Eu falo, não vai mais quinze anos os nossos filhos, netos, não vão mais ver esse ribeirão aí, não vai ter. Nem aquele maior não vai ter. Do jeito que vai indo não vai ter.

(Entrevista realizada com morador de 38 anos, dia 27/04/2013)

Após a realização da investigação identificamos no processo social a história de vida da população na relação passado e presente, e **percebemos que estávamos diante da coexistência de processos que culminaram na expropriação da terra e espoliação de um modo de vida**, revelados pela expulsão dos meeiros das fazendas que circundavam o bairro. Ao mesmo tempo, os antigos sitiantes (pequenos proprietários) não conseguiram perpetuar a reprodução social por meio da prática da atividade agrícola. As dificuldades pelas quais os sitiantes passaram se explica da seguinte forma: com o processo de modernização da agricultura, as famílias se endividaram com os bancos para a compra das máquinas, e com as quebras de safras e queda de preços, recorreram à venda da terra para o pagamento dos empréstimos. Este foi o início dos loteamentos de terras (irregulares) que deu origem à possibilidade para a “nova” configuração espacial representada pela presença de casas situadas lado a lado, como nos centros urbanos. Essa é a explicação para o processo de urbanização vivenciado no bairro de Anhumas que culminou na classificação: área urbana isolada. Uma urbanização que se deu originalmente por uma população eminentemente rural que empobrecia e se proletarizava resultado da modernização agrícola patrocinada pelo Estado. Também encontramos em Anhumas as famílias de trabalhadores rurais que haviam se instalado no bairro em busca de sobrevivência e trabalho. Percebemos, então, a articulação entre expansão da cana, necessidade de trabalhadores pela Usina, política de modernização da agricultura e sítios fragmentados, deslocamento de trabalhadores rurais provenientes de outras regiões do país, o que por fim resultou no aumento populacional do bairro¹³.

Além desses aspectos, identificamos as tensões e contradições desencadeadas pela expansão da cana nas proximidades do bairro de Anhumas. Os relatos dos moradores, ao contrário de enaltecerem os efeitos positivos do avanço do canavial na geração de emprego e renda, explicitaram outras faces do “desenvolvimento”. Ao narrarem as múltiplas dimensões da vida, os moradores destacaram os efeitos negativos que resultaram na desarticulação de um modo de vida. Enfatizaram, em especial, o desmatamento, a destruição da fauna e flora, destruição dos riachos etc.

¹³ Após a realização da pesquisa identificamos os residentes atuais do bairro de Anhumas, a saber: 1) Os filhos dos antigos sitiantes do bairro constituído por famílias descendentes dos pequenos proprietários de terras; 2) Os filhos dos antigos parceiros e ou meeiros das fazendas do local e regiões circunvizinhas que para lá se deslocaram e fixaram suas residências; 3) As famílias que se deslocaram em busca de trabalho no corte de cana e são provenientes de outros estados do Brasil; E o fenômeno mais recente: 4) As famílias de meeiros e sitiantes que haviam partido para cidade e com idade avançada voltaram para o bairro de Anhumas; 5) As famílias em busca de trabalho na área rural – nesse caso, encontramos os trabalhadores tratoristas das máquinas do corte de cana provenientes do Paraná, e as famílias que sempre trabalharam na terra, mas na condição de aposentadas e com problemas de saúde, e estavam à procura de uma ocupação como caseiros nas chácaras rurais; 6) As famílias provenientes das periferias urbanas que, sem condições financeiras para morar na cidade em razão dos elevados aluguéis, buscavam um local com o custo de vida mais baixo; 7) As famílias ou indivíduos que compraram sítios e chácaras para lazer no final de semana.

Na compreensão dos moradores antigos, antes do avanço da cana, quando o que predominava no meio rural era a criação de gado pelos sitiantes e a presença de outras culturas como o algodão; a natureza estava “livre”, o que tornava possível usufruírem dos recursos naturais: terra e rios para o lazer, pesca e alimento, lenha para o fogo. Também mantinham em seus quintais animais e cultivo para subsistência (leite de vaca, galinhas e ovos, porco etc.), e estabeleciam relações de solidariedade por meio dos mutirões e trocas diretas. Podemos afirmar que os moradores nos revelaram o significado da natureza como um espaço social por onde outras relações e experiências foram vividas. A relação de proximidade que os moradores tinham entre si e com o meio caracterizava para o local e para a “comunidade” a determinação de outras relações sociais e sociabilidades. Esse cenário nos levou aos estudos de Candido (2003), quando, ao investigar a cultura caipira, o autor nos ofereceu elementos para a compreensão da relação entre modo de vida, cultura e comunidade.¹⁴

Sobre a nova configuração social e econômica, as narrativas evidenciaram o estranhamento dos moradores com as mudanças em curso, sobretudo quando as relações humanas passaram a ser pautadas pelo interesse mercantil ou financeiro, mediadas pelo dinheiro. Os moradores revelaram o processo de mercantilização das relações sociais e seus efeitos destrutivos levando em conta as diferentes esferas da vida. Com isso, ao lembrarem-se do passado, os moradores expressaram o sentimento de melancolia, associado à “comunidade utópica” e à “utopia transfiguradora”. Em grande parte das narrativas um desabafo esteve presente, os moradores sempre exaltavam: “*antes era mais difícil, mas era mais bonito!*” Procuramos então compreender essa expressão não como um saudosismo transfigurador, mas como reveladora de um aspecto particular do processo social, a destruição das referências identitárias resultante de um processo de espoliação e expropriação da terra¹⁵.

¹⁴À luz das contribuições de Candido (2003) investigamos as relações de comunidade como totalidade, procurando compreender as diferenças de sociabilidade e construção do ser social no meio rural. Para tanto, recorremos às considerações de Marx (1981). Esse caminho nos permitiu identificar as correlações entre as noções de comunidade, cultura e identidade, para chegarmos a algumas especificidades para a compreensão da subjetividade do morador do meio rural. Partindo das contribuições de Marx (1981), compreendemos que a comunidade é resultado de um agrupamento onde o ser social em conjunto com seus semelhantes produz as bases da sobrevivência material e imaterial, daí a noção de autonomia vinculada às diferentes esferas da vida formando uma unidade. O modo de vida em comunidade aparece na concepção marxiana como uma forma de totalidade e unidade. Como unidade, é compreendida como um núcleo negativo que se contrapõe ao mundo exterior, e os contornos que delimitam sua fronteira são claramente visíveis e sentidos por todos os membros. Totalidade, pois seus elementos internos – de organização e estrutura interna social – são determinantes de suas características, e estrutura e dinâmica aparecem como funções endógenas do meio social comunitário, advindas das relações que o grupo estabelece entre si e com o meio. Em síntese, essas também são as condições que definem a reprodução do ser social denominado ser genérico; um ser em processo de transformação e emancipação.

¹⁵ Vamos aqui nos ater mais detalhadamente a origem de algumas noções utilizadas no texto. A noção comunidade utópica foi explicada por Martins (1973) da seguinte maneira: quando os imigrantes italianos vieram para o Brasil continuaram trabalhando na terra da forma como faziam em seu território de origem, com relações pré-capitalistas, não percebiam que a terra e o trabalho já estavam determinados pelo capital e a atividade camponesa inserida na lógica de reprodução ampliada do capital, e sentiam-se como se vivessem relações de comunidade. Quanto à noção de utopia retrospectiva, encontramos em Cândido (2001) referências quanto ao aspecto transfigurador da imagem do passado, quando os caipiras recordavam de suas vidas, por vezes ocultando o sofrimento e agruras do passado enaltecendo a fartura que tinham no tempo antigo. Quando estudou os caipiras e a desorganização do mundo tradicional, Candido (2001) ressaltou justamente esse aspecto, e considerou que a desorganização social não passa despercebida pelo morador da área rural, que manifesta a seu modo sintomas de inquietações. O desconforto com o novo mundo ocorre quando os sujeitos sociais perdem sua posição econômica vinculada à propriedade ou à posse da terra e seus referenciais de mundo. Os mais idosos podiam comparar a vida tradicional com o presente criando uma utopia retrospectiva, como um saudosismo transfigurador. Candido (2001) utiliza essa noção para justificar o porquê de os caipiras, quando lembravam o passado, comentarem sobre a abundância e a fartura que existiam, a solidariedade e a sabedoria do mundo antigo, enaltecendo sempre os aspectos positivos, muito embora não desconhecêssemos as agruras e a vida difícil que levavam. No nosso caso, entretanto, ao procurar aprofundar na compreensão desse fenômeno, encontramos outro caminho interpretativo. Com as mudanças sociais, as hierarquias de prestígio e os nexos sociais se modificam. A lógica do capital na determinação do progresso técnico cria tecnologias que passam a penetrar no meio rural e nas relações sociais, e esses processos não afetam a apenas a base material, mas a própria cultura local vinculada ao sistema mental de classificação social. Candido (2001) citou o exemplo das mulheres que passaram a sentir vergonha quando ainda tinham que pilar o arroz quando este poderia ser comprado, a opção pelos cigarros industriais em detrimento dos cigarros tradicionais de palha. No caso das narrativas dos moradores de Anhumas, enriquecidas pelos sentimentos, observamos, na

Vale considerar que por meio da utilização da história oral, conectamos estrutura e sujeito, não como categorias abstratas. Em contato com a realidade viva foi possível descobrir que, coexistindo com o aumento da produtividade agrícola e avanço da cana, estávamos diante de processos sociais que atingiam o campo da subjetividade e identidade do sujeito. E ao contrário de uma experiência de emancipação e desenvolvimento do ser, ao narrar as histórias de vida, os moradores se colocaram como vítimas do processo social. Não se trata, dessa forma, apenas de considerar que a população rural não vem desaparecendo, já que a saga revela o deslocamento, mas incluir o caráter violento do processo social em curso, uma violência de afeta a interioridade do ser. A área urbana isolada constitui o encontro das fraturas sociais de gerações de condenados da terra, os elos perdidos.

6. Considerações Finais

Embora os resultados da pesquisa realizada reportem-se à uma região específica, o exemplo do município de Piracicaba e do bairro de Anhumas pode ser emblemático já que foi articulado aos processos históricos mais amplos. Em síntese, pode-se afirmar que o “desaparecimento” do rural não resultou do desdobramento do progresso material vinculado à emancipação humana e desenvolvimento do ser. O que ocorreu foi o processo de expropriação de terras e obstrução de realização do ser. Na perspectiva dos moradores antigos, o aumento demográfico tornou o antigo bairro rural de Anhumas uma “cidade dormitório”, com loteamentos irregulares e problemas em relação ao convívio social e meio ambiente: a violência, uso de drogas pelos jovens, o difícil acesso aos serviços públicos essenciais como saúde, educação e transporte, os problemas típicos localizados nas periferias urbanas brasileiras. Além desse aspecto visível, outras formas de violência foram identificadas. Como a destruição do espaço de vida, sociabilidade e referências identitárias.

Quanto à questão da ruralidade presente no bairro de Anhumas (área urbana isolada), podemos indicar que ela está localizada na experiência e memória, sobretudo quando esta memória viva manifesta-se nas festas cujas raízes estão vinculadas ao mundo tradicional rural. Nesse mundo tradicional estão as relações de poder, propriedade e trabalho, e ao mesmo tempo há uma dimensão da cultura e da relação social que se expressa na solidariedade, no compartilhamento e na produção de valores de uso. A procissão, a festa da igreja e o pouso do divino também constituíram momentos atuais de conexão com a vida rural. Os mutirões, o dia da matança do porco, o preparo do alimento, o culto religioso católico, etc. A prática das festas tradicionais rurais, permitem aos moradores compartilharem valores e práticas como momentos de união. Traz consigo a possibilidade de estarem juntos e viverem momentos de unidade. Conforme apontou Bosi (2003:53) “nossos ritmos temporais foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, ‘racionalizando’ as horas de vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso...”. E mais adiante a autora complementa: “entre os motivos mais fortes do desenraizamento está a separação entre a formação pessoal, biográfica mesmo e a natureza da tarefa, em ter a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania” (BOSI, 2005:181).

reformulação do sistema mental de classificações um espaço de tensões. Percebemos como algumas hierarquias e sentimentos de identidade se perpetuam por meio das gerações, num processo impregnado de conflitos internos. Em síntese, compreendemos que não se trata de cristalizar a identidade, ignorando as mudanças que ocorrem na relação ser social e sociedade, mas destacar o cuidado quando as mudanças sociais são tomadas como automáticas e internalizadas pelo sujeito social. Ou seja, o fato de indivíduos estarem situados em áreas urbanas isolados e realizando o trabalho na cidade, não significa que esta situação resultou de uma escolha com diferentes possibilidades. Neste caminho chegamos então ao sentimento de melancolia presente no bairro. A melancolia, nesse caso, apareceu como um sentimento de perda, de espoliação de algo constitutivo da interioridade (subjetividade) do sujeito social.

O fato da população desse bairro ser caracterizada como moradores de uma área urbana isolada exige uma reflexão maior quanto aos propósitos do fazer “desaparecer” uma população com origens rurais em busca de sobrevivência. Cabe-nos ampliar a discussão e nos perguntar como o rural foi e vem sendo absorvido pelo avanço das relações capitalistas e relações de propriedade privada. Quais são as possibilidades da população de viver no meio rural e de desenvolvimento do ser levando em conta o legado do mundo material e criação cultural? Para finalizar, apresentamos um excerto do texto de BOSI:

[...] O migrante perde a paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de vestir, o entoado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus... suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada de “código restrito” pelos linguistas, seu jeito de viver, “carência cultural”, sua religião, credence ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um novo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode nascer nessa erosão.

[...] Roubando-se a camada de terra-mãe, fértil, escura, o morador fica impedido de plantar no torrão árido e vermelho sobre o qual assenta a casa. E a palavra “homem” deriva do “húmus”, chão fértil, cultivável. Assim começam os bairros de periferia, despojando o homem da terra de sua própria humanidade. (BOSI, 2003:177)

Referência bibliográfica

- ALVES, F. Migração e trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo. In *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial canavieiro*. Novaes & Alves (Org.). Editora Edufscar, p. 21-55, 2007.
- ANDRADE, O. *Marco Zero - A revolução melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BILAC, M. B. B.; TERCI, E.T. *Piracicaba: de Centro Policultor à Centro Canavieiro 1930-1950*. Piracicaba, SP: MB Editora, 2001.
- BRANDÃO, C. R. *Os caipiras de São Paulo*. Brasiliense: São Paulo, 1983.
- CANDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- BILAC, M. B. B.; TERCI, E.T. *Piracicaba: de Centro Policultor à Centro Canavieiro 1930-1950*. Piracicaba, SP: MB Editora, 2001.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CHAMOISEAU, P. *Texaco*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T. & QUEDA, O. (Orgs.) *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Nacional, 1976, p.105-121.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- GEERTZ, C. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- GOLDMANN, L. *A criação cultural na Sociedade Moderna*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.
- IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LOURENÇO, F. A. *Agricultura Ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.
- LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MALUF, R. S. J. *Aspectos da constituição e desenvolvimento do mercado de trabalho urbano e rural de Piracicaba*. Piracicaba: FINEP/UNIMEP, 1984.

- _____. *Evolução recente do emprego urbano e rural em Piracicaba*. Piracicaba: FINEP/UNIMEP, 1987.
- MARTINS, J. S. *A Imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- _____. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARTINS, L.A. T. P. & GALLO, Z. Qualidade do crescimento econômico: uma reflexão sobre o caso de Piracicaba. In: TERCI, E. T. (Org.) *O desenvolvimento de Piracicaba – história e perspectivas*, 2001, p.127-167.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1981.
- _____. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- NEME, M. *Piracicaba no século XVIII*. Piracicaba, SP: Equilíbrio, 2010.
- PERES, M. T. M. O colono de cana na modernização da Usina Monte Alegre: Piracicaba (1930-1950). *Dissertação de mestrado*. PUC–SP, 1990.
- _____. *Idealizações e tensões na construção de Piracicaba moderna (1950-1960)*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas - USP, 1997.
- PERES, A. M. P. *O arrendamento de terras na pequena propriedade fundiária canavieira: o caso do Município de Piracicaba, SP*. Dissertação de mestrado. Unicamp IE, 2003.
- PERISSINOTTO, R.M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.
- PETRONE, M, T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 18ª edição, 1983.
- RAMOS, P. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. História Econômica de Piracicaba (1765-1930): as particularidades do complexo canavieiro paulista. In: TERCI, E. T. (Org.) *O desenvolvimento de Piracicaba – história e perspectivas*. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2001, p.57-85.
- RAMOS, P.; PERES, A. M. P. Complexo Agroindustrial e Desenvolvimento: O caso da Região de Piracicaba. In: *XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Foz do Iguaçu. São Paulo: Agromídia Software, 1999.
- QUEIROZ, M. I. Do rural e do urbano. In Szmrecsanyi, T. & Queda, O. (Orgs.) *Vida Rural e Mudança Social*. São Paulo: Nacional, 1976a, p.160-177.
- TERCI, E. T. (org.) *O Desenvolvimento de Piracicaba - história e perspectivas*. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2001.
- TERCI, E. T. *Agroindústria Canavieira de Piracicaba: relações de trabalho e controle social*. Dissertação de mestrado. PUC–SP, 1991.
- _____. *A Cidade na primeira República: imprensa, política e poder em Piracicaba*. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras-USP, 1997.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A Formação da classe operária Inglesa I: A árvore da liberdade*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TORRES, M. C. T. M. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba – no tempo do império*. Piracicaba: Academia Piracicabana das Letras, 1975.
- VALADARES, A. A. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. *Texto para discussão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- WEIL, S. *A Condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e organização de Ecléa Bosi. Tradução de T. G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.